

# Democracia e Segurança Cidadã na América Latina: uma análise das políticas de segurança na Colômbia e no Chile

Thiago Augusto Schmidt de Melo\*

## RESUMO:

Sobre a égide da democracia e da segurança cidadã será trabalhada a segurança no que tange a busca por um futuro em comum, para que haja maiores investimentos na segurança do cidadão. Este artigo buscará desenvolver uma análise de dados abordando a segurança dos cidadãos na América Latina, à luz de países como a Colômbia e o Chile. A escolha de tais países deve-se ao fato de que estes apresentam indicadores de violência em níveis que merecem destaque, sendo que: o primeiro é considerado o mais violento da América Latina enquanto o segundo o mais pacífico, de acordo com o estudo da *Global Peace Index* (GPI), de 2008. Serão vistas políticas e programas de segurança cidadã, tendo como base a Declaração Sobre Segurança nas Américas, da OEA, e uma pesquisa feita a partir do *Center for Latin American Studies* (CLAS) em parceria com a *Georgetown University*. Também serão analisados os pontos conflitantes e convergentes de programas desses dois países desde o início do século XXI, como os programas governamentais “*Estratégia Nacional de Seguridad Pública 2006 – 2010: Sumate por un Chile más Seguro*”, do governo chileno, e “*Política de Consolidación de la Seguridad Democrática*”, do governo colombiano. A partir dessa análise, o foco passará para as possibilidades da resolução de conflitos e amenização da violência a partir de medidas já existentes e que surtiram efeito. Com isso, esperara-se que os programas analisados, que tiveram maiores resultados no combate à violência, passem a servir como modelo para outros países da América Latina para a resolução de problemas relacionados à segurança cidadã, respeitando sempre as peculiaridades de cada um.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência, América Latina, Chile, Colômbia, Políticas de segurança cidadã.

---

\* Graduando em Administração de Empresas, cursando o 9º período, pela Universidade Federal de Lavras; Graduando em Direito, cursando o 6º período, pela Universidade Federal de Ouro Preto; Pesquisador-Extensionista do Núcleo de Direitos Humanos (NDH) da UFOP e do projeto de extensão “Incorporação imobiliária: uma análise do mercado imobiliário ouropretano”; bolsista do CNPq.

## **ABSTRACT:**

Under the support of democracy and citizenship security, the matter of security related to the pursuit of a common future is going to be studied in order to magnify investments in this area. This article is going to develop an analysis of some citizenship security statistics in Latin America, focusing on two countries: Colombia and Chile. The reason why these countries were chosen is because they have some violence indicators that deserve special attention: the first is considered to be the most violent country in Latin America, as long as the second is seen as the most pacific one, according to Global Peace Index (GPI), 2008. Policies and citizenship security programs are going to be studied, based on the Declaration on Security in the Americas, from Organization of American States, and a research form the Center for Latin American Studies (CLAS) and Georgetown University. Some convergent and conflictive points between the programs developed by each country is also going to be analyzed since the begging of the XXI century, like the following governmental programs: “Estratégia Nacional de Seguridad Pública 2006 – 2010: Sumate por um Chile más Seguro”, from Chilean government, and “Política de Consolidacion de la Seguridad Democrática”, from Colombian government. Starting from that, the main point to be studied is going to be the conflict resolution possibilities and ways to mitigate violence, looking to what has already been successfully done. This could be worth-valuing as a way to build a benchmark for policies related to the fight against violence, to other Latin American countries which have similar problems, taking into account each country peculiarities.

**KEYWORDS:** Violence, Latin America, Chile, Colombia, Citizen security policies.

## Lista de Siglas

OEA – Organização dos Estados Americanos

GPI – Global Peace Index

DSA – Declaração sobre Segurança nas Américas

*PCSD – Política de Consolidación de La Seguridad Democrática*

GAI – Grupos Armados Ilegais

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

ELN – Exército de Libertação Nacional

*ENSP – Estrategia Nacional de Seguridad Pública*

*PNSC – Política Nacional de Seguridad Ciudadana*

## 1 Introdução

A América Latina enfrenta problemas com a segurança e com o crime organizado. O narcotráfico, que engloba a criminalidade infanto-juvenil, a corrupção e as facções criminosas é um problema que aflige muitos desses países transcendendo fronteiras.

A partir dessa problemática, será feita uma análise das políticas de dois países que representam a América Latina em seus extremos quanto se trata de segurança: a Colômbia e o Chile. Tais políticas serão trabalhadas e analisadas para que se possa ter uma visão sobre a existência de similaridades e pontos comuns.

Após essa análise, buscar-se-á saber o porquê da diferença existente em ambos países, quando se trata de violência e qual seria o caminho para sanar tais diferenças, pois enquanto o Chile é considerado o mais pacífico da América Latina, a Colômbia é considerado o país mais violento, segundo levantamentos da *Global Peace Index*.

## 2 Democracia e Segurança Cidadã

A busca pela democracia é um objetivo comum e defendido por tratados internacionais, como a Carta Democrática Interamericana que diz “que a democracia representativa é indispensável para a estabilidade, a paz e o desenvolvimento da região, e que um dos propósitos da OEA é promover e consolidar a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção.” Tendo em vista a amplitude do conceito de democracia ela passa a ser um “meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem” (SILVA, 2001: 129-130). A partir disso, pode-se concluir que ao se falar em um país democrático, conseqüentemente, se estará falando de um país que busca a segurança dos seus cidadãos e a paz.

A presença da violência e da criminalidade em um Estado tem impactos diretos na sociedade. A violência afeta de maneira direta a credibilidade do Estado e de suas instituições, aumenta a segregação social, atinge a economia, aumenta a insegurança da população, fere os Direitos Humanos, ou seja, coloca em risco preceitos de um Estado Democrático. Vale ressaltar que o conceito de violência trabalhado é um conceito amplo e expressivo, que abarca vários segmentos e camadas sociais. É a partir dessa visão que se deve analisá-la.

A violência na América Latina é algo real e presente, que merece ser debatido e trabalhado, pois envolve diretamente a vida de milhões de pessoas. O terrorismo, o narcotráfico, que engloba a criminalidade infanto-juvenil, a corrupção e as facções criminosas, são problemas que transcendem fronteiras e causam insegurança à população. Dessa forma, a busca pela segurança é algo sempre a se alcançar pelos países latino-americanos, tendo em

vista que a América Latina, numa perspectiva global, apresenta índices de violência e criminalidade que merecem destaque. No ranking geral dos 144 países analisados em 2009, pela Global Peace Index (GPI), 23 são latino-americanos. Desses, o Chile é o que aparece mais bem colocado, na 20ª posição, contudo, 15 estão abaixo da 70ª posição, sendo que Haiti, Venezuela e Colômbia ocupam a 116ª, 120ª e 130ª posição, respectivamente.

Para tentar amenizar o problema com a segurança, em 28 de outubro de 2003, na Cidade do México, foi aprovada pela Organização dos Estados Americanos a Declaração sobre Segurança nas Américas (DSA). Tendo em vista a promoção e o fortalecimento da paz no hemisfério, a Declaração reconhece a multidimensionalidade que envolve a busca pela segurança, além das ameaças a ela, que tem um caráter complexo que envolve aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais.

Com a aprovação da DSA a busca pela segurança ganhou uma nova diretriz e serve como texto base para a criação de leis, projetos, programas e políticas públicas que envolvam esse tema, como as que serão trabalhadas mais adiante. A Declaração leva em consideração a individualidade de cada país, além de contribuir “para a consolidação da paz, para o desenvolvimento integral e para a justiça social e baseia-se em valores democráticos, no respeito, promoção e defesa dos direitos humanos, na solidariedade, na cooperação e no respeito à soberania nacional”.

O problema com a segurança na América Latina passa a ser visto sobre uma nova perspectiva, em que ameaças comuns e novas ameaças à segurança são trabalhadas à luz dessa declaração.

Quando se fala em Segurança Cidadã, deve-se levar em consideração a amplitude do tema e o que ele envolve, levando em consideração o conceito de cidadania e o respeito aos Direitos Humanos. A questão da segurança vai muito além do poder de polícia que o Estado exerce sobre a população. Ela engloba, dentre vários fatores, a efetivação da cidadania, o acesso à informação, a inclusão tecnológica, uma educação de qualidade e a busca pela paz. E quando se fala em paz, a própria DSA prediz que ela “é um valor e um princípio em si e baseia-se na democracia, na justiça, no respeito aos direitos humanos, na solidariedade e no respeito ao Direito Internacional.” Com isso, pode-se dizer que a segurança envolve uma série de direitos que buscam consolidar uma condição de vida mínima para o ser humano e o desenvolvimento dos Estados.

À luz desses conceitos sucintos de democracia e segurança, será trabalhada a segurança cidadã na América Latina, que envolve aspectos complexos e individuais de cada país, quando se trata de sua análise. Para isso, serão analisadas de forma comparada políticas públicas do Chile e da Colômbia, com o intuito de termos uma visão mais detalhada da segurança em dois importantes países da América do Sul, para que se tenha uma base para futuros estudos. A escolha de tais países se deve ao fato das respectivas posições, já ditas, no ranking da Global Peace Index. Enquanto o Chile desponta na primeira colocação (20ª no mundo) entre os países latino-americanos, a Colômbia está em último lugar

(130ª posição no mundo). Deve-se lembrar que dados estatísticos estão sujeitos à falhas e nem sempre correspondem com a realidade. Afinal, cada país apresenta suas peculiaridades com diferenças sociais, culturais, étnicas e políticas, de cunho interno e externo. Um índice global, com os mesmos parâmetros de avaliação para todos os países, irá apresentar discrepâncias com a situação real de cada um e isso deve ser levado em consideração para sua análise. Contudo, levando em consideração as instituições de ensino superior que estão por trás desse estudo, como a Universidade de Sydney, a Universidade de Londres e a Universidade de Uppsala, e a ampla abordagem dos dados trabalhados pelo GPI, acredita-se que a posição desses países no ranking, se não corresponder à realidade, ao menos se aproxima da mesma.

Esse estudo comparativo, levando em consideração as diferenças existentes entre o Chile e a Colômbia, respeitando cada uma delas, enfatiza o que a Declaração sobre Segurança nas Américas destaca:

“Cada Estado tem o direito soberano de identificar suas próprias prioridades nacionais de segurança e definir as estratégias, planos e ações para fazer frente às ameaças à sua segurança, em conformidade com seu ordenamento jurídico e com pleno respeito do Direito Internacional e das normas e princípios da Carta das Nações Unidas e da Carta da OEA.”

### 3 Políticas Públicas de Segurança

As políticas públicas que buscam efetivar a segurança são de fundamental importância para o alcance da mesma, pois o Estado é o ente principal no combate a violência e a criminalidade. Uma política pública de segurança pode ser o início, ou a concretização, de um Estado Democrático em que a segurança esteja presente de forma efetiva e concreta. Tais políticas, “contribuem para aumentar a estabilidade, salvaguardar a paz e a segurança hemisférica e internacional e consolidar a democracia”, segundo a DSA. Dessa forma, analisaremos as duas atuais políticas públicas, cujo foco principal é a segurança, da Colômbia e do Chile, destacando seus pontos principais. Tais políticas são: “*Política de Consolidación de La Seguridad Democrática*”, do governo da Colômbia; e “*Política Nacional de Seguridad Ciudadana*”, do governo chileno, que culmina na “*Estrategia Nacional de Seguridad Pública*.”

#### 3.1 *Política de Consolidación de La Seguridad Democrática (PCSD)*

A situação da Colômbia no âmbito mundial e sobretudo latino americano, no que

tange a segurança, é delicada. Os índices que abordam a violência, o terrorismo e o narcotráfico são alarmantes. Devido a isso, o objetivo do atual governo do presidente Álvaro Uribe Vélez, desde sua posse, tem sido melhorar a segurança. Nas palavras do ex-Ministro da Defesa, presente no início da PCSD, Juan Manuel Santos: *“El objetivo fundamental del gobierno del presidente Uribe ha sido, desde el primer día, avanzar hacia una Colombia más segura, libre de las amenazas que atentan contra la seguridad de los ciudadanos (...)”*.

A *Política de Consolidación de La Seguridad Democrática* foi uma plano desenvolvido pelo Ministério da Defesa da Colômbia, na gestão de governo 2006 – 2010, tendo como base a *Política de Defensa y Seguridad Democrática*, elaborada no primeira gestão de Uribe, 2002 – 2006. Essa política, segundo o governo, obteve resultados contundentes diminuindo de forma expressiva os números de homicídios em 40%, o número de seqüestros em 83% e de atentados terroristas em 61%.

Apesar dos resultados positivos do plano da primeira gestão, novos paradigmas sociais e ameaças à segurança surgiram. Dessa forma, o governo colombiano viu-se numa situação que seria preciso elaborar um novo plano de segurança para enfrentar essas novas necessidades. Como enfatiza a DSA:

*“As novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são problemas intersetoriais que requerem respostas de aspectos múltiplos por parte de diversas organizações nacionais e, em alguns casos, associações entre os governos, o setor privado e a sociedade civil, todos atuando de forma apropriada em conformidade com as normas e princípios democráticos e com as normas constitucionais de cada Estado. Muitas das novas ameaças, preocupações e outros desafios à segurança hemisférica são de natureza transnacional e podem requerer uma cooperação hemisférica adequada.”*

Com isso surgiu a *Política de Consolidación de La Seguridad Democrática* que *“establece los objetivos estratégicos prioritarios hacia los cuales se deben enfocar todos los esfuerzos de cada una de las instituciones del sector defensa”*. É a partir desse plano que desenvolvem-se todas as políticas e programas de segurança colombianas desde 2006. A PCSD segue o princípio da flexibilidade, tendo em vista as constantes adaptações das ameaças, ela também estará sujeita a se modificar. Além disso,

*“(...) incluirá reformas estructurales en diversas áreas como la justicia penal militar, la definición de roles misiones, y la educación de la Fuerza Pública, entre otros. Se configurará y aplicará una política integral de derechos humanos que genere un proceso sistemático de transformación a largo plazo hacia una cultura fortalecida de respeto a los derechos humanos por parte de la Fuerza Pública” (PCSD).*

Dentre as ameaças enfrentadas pela Colômbia, a primeira e a mais importante são os Grupos Armados Ilegais (GAI), em particular as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), que enfrentam o Estado e promovem atentados pelo país.

No caso das FARC, a principal ameaça provém de seus atos terroristas e o controle que exercem sobre o narcotráfico. Concentram seus esforços armados na defesa de suas plantações ilícitas, das pessoas que mantêm sequestradas e na manutenção de suas atividades. A principal estratégia para causar instabilidade no Estado é através de táticas de guerrilha, com ataques terroristas e atos dispersos. Além disso, atua em áreas de difícil acesso, dentro da floresta amazônica, como nas regiões de fronteira, ameaçando não só a Colômbia, mas seus países vizinhos.

O ELN, por outro lado, vem mostrando sinais de negociação com o governo, realizando eventuais conversações. Contudo, essa organização continua realizando atos terroristas por todo o país, atuando no narcotráfico, além de espalhar minas terrestres nos territórios onde atua.

Com o enfraquecimento e a desarticulação dos grupos paramilitares, houve espaço para o surgimento de facções criminosas, que vem sendo uma ameaça crescente no território colombiano. Elas aproveitaram o vazio deixado em algumas áreas pelos grupos paramilitares e tomaram o seu lugar. Os principais crimes praticados por tais grupos consistem no sequestro e na extorsão, exigindo do governo concessões políticas e militares. Para que se acabe com tais tipos de crime, é necessário desarticular essas facções.

Outra ameaça a segurança dos colombianos são os diversos cartéis do narcotráfico. Os narcotraficantes,

*“han sabido responder y adaptarse a la estrategia antinarcóticos del gobierno. Con respecto a la siembra de la coca, pasaron de los grandes cultivos industriales a múltiples cultivos pequeños y dispersos, sembrados en zonas de difícil acceso y su erradicación. Así mismo, vienen incrementando la utilización de los parques naturales y zonas de frontera para evadir la aspersión aérea. Estas áreas también están siendo utilizadas para el montaje y operación de laboratorios clandestinos para la producción de drogas” (PCSD).*

É de se preocupar também a participação de grupos estrangeiros no tráfico de drogas, juntamente com os cartéis colombianos, levando a droga para países de todo o mundo. Por isso, a cooperação internacional para combater essas redes é fundamental para diminuir o tráfico de drogas em todo o mundo.

Outra ameaça consiste na formação e existência de grupos criminosos em áreas urbanas, que praticam desde furtos e assaltos, à extorsão, sequestro e homicídio.

Esse novo contexto que envolve a segurança,



*“(…) establece una serie de retos institucionales que no dan espera y que es necesario afrontar como un aspecto prioritario. La legitimidad y credibilidad de la Fuerza Pública constituyen su centro de gravedad y son la base de todas sus acciones. Por ello, es necesario realizar reformas estructurales que apunten a fortalecer y elevar los estándares éticos y profesionales, y que redunden en un mayor respeto y protección de los derechos humanos y al mismo tiempo, mantengan el apego a la Constitución y las leyes en todas sus actuaciones” (PCSD).*

A partir dessas ameaças é que a PCSD estabelece as prioridades e os objetivos políticos específicos nos quais servirão de guia para as ações do Ministério da Defesa, das Forças Militares e da Polícia Nacional. Tais ações seguem alguns princípios de implementação, descritos a seguir:

- *“Conquistar la seguridad y la paz”*: Estabelecer um cenário duradouro em que haja paz e segurança;
- *“Actuar con legalidad”*: Todas as atuações das Forças Públicas serão baseadas no respeito aos Direitos Humanos e dentro do paradigma do Estado de Direito.
- *“Hacer presencia permanente”*: A Força Pública não deixará nenhuma área em que está presente e ocupará novas áreas em que atuar.
- *“Promover la seguridad como garante del funcionamiento de la justicia”*: O Estado irá contribuir para administração de qualidade na justiça, garantindo as condições de segurança para seu funcionamento.
- *“Promover la seguridad como generadora de crecimiento económico y rentabilidad social”*: A atuação das Forças Públicas deverá contribuir para gerar um clima de confiança e estabilidade, atraindo investimentos privados e produza crescimento econômico e desenvolvimento social, através da diminuição da pobreza e do desemprego. Como a DSA mesmo defende, deve-se fortalecer “os mecanismos e ações de cooperação para enfrentar com urgência a pobreza extrema, a desigualdade e a exclusão social.”
- *“Ser flexibles y adaptables”*: A Força Pública deverá adaptar-se com flexibilidade e efetividade, de acordo com as mudanças dos grupos armados ilegais e de todos os agentes que constituem uma ameaça à segurança.
- *“Coordinar entre las Fuerzas”*: As forças militares deverão atuar em conjunto, existindo cada vez mais uma maior coordenação e complementação entre suas atividades.
- *“Coordinar con las demás entidades del Estado”*: A Força Pública deverá atuar em coordenação com as demais instituições do Estado, principalmente com aquelas que promovem ações sociais e da administração da justiça.

À luz de tais princípios, a PCSD terá cinco objetivos estratégicos que nortearão suas atividades:

*I – “Consolidar el control territorial y fortalecer el Estado de Derecho en todo el Territorio Nacional”*

A Colômbia passa por problemas para controlar parte de seu território. A soberania do Estado é ameaçada constantemente pelas organizações paramilitares que detém o controle territorial de certas áreas. Dessa forma, a estratégia para consolidar tal objetivo *“se concentrará en alinear los esfuerzos militar y policial, con el esfuerzo antinarcóticos y los esfuerzos en el área social, de justicia, desarrollo económico y fortalecimiento institucional del Estado”* (PCSD).

Nesse primeiro objetivo, o ponto principal proposto pela PCSD é controlar áreas em que o Estado não está presente e que são dominadas por grupos armados ilegais, além de estabilizar zonas de recuperação e consolidar as áreas já estabilizadas. Para se efetivar o controle e a estabilização, o governo utilizará de forma intensa a força militar e policial. Já a consolidação se dará através de uma política eficaz, em que as instituições estatais estejam presentes, atendendo as necessidades básicas da população, além de programas sociais.

*II – “Proteger a la población, manteniendo la iniciativa estratégica en contra de todas las amenazas a la seguridad de los ciudadanos”*

A proteção da população será a preocupação principal das forças públicas. Estas farão operações militares em todo o território colombiano, principalmente em áreas mais remotas do país, onde se encontram o centro estratégico dos grupos armados ilegais, dos narcotraficantes e de chefes das facções criminosas, com o objetivo de desarticulá-los. Para isso, será fundamental o uso da inteligência militar e policial, *“a quien corresponderá proveer el análisis e información oportuna para la realización de las operaciones ofensivas efectivas, que permitan a su vez mantener la iniciativa estratégica en contra de todas las amenazas a la población”* (PCSD).

*III – “Elevar drásticamente, los costos de desarrollar la actividad del narcotráfico en Colombia”*

Esse terceiro objetivo busca a implementação de barreiras que interrompam e desmantelem o narcotráfico, levando em consideração a interdependência de todo o complexo da droga, atacando, dessa forma, simultaneamente vários pontos estratégicos para os narcotraficantes. Essa ação levará em conta um *“contexto de recursos limitados y disponibilidad de múltiples herramientas, se implementarán con prioridad y mayor intensidad, las acciones que más contribuyan a desestabilizar el sistema del narcotráfico”* (PCSD). Atacando todas as frentes haverá uma desestabilização no do narcotráfico, aumentando os custos e as dificuldades para a

manutenção desse sistema. Dessa forma, haverá uma limitação das atividades concernentes ao tráfico de droga e, conseqüentemente, uma diminuição dos efeitos negativos provenientes de tal atividade.

*IV – “Mantener una Fuerza Pública legítima, moderna y eficaz, que cuente con la confianza y el apoyo de la población”*

Esse objetivo será efetivado com uma série de reformas estruturais em todos os setores de defesa, para que se possam atender todas as necessidades concernentes à segurança, desde cunho estrutural ao de treinamento. Dessa forma, buscar-se-á uma maior mobilidade, inteligência e aprimoramento, logístico, das forças de segurança. Assim, além de atender as populações das áreas em que há a presença das forças de segurança, serão beneficiadas aquelas em que o Estado, até então, não se faz presente. Com isso, busca-se uma maior confiança e cumplicidade da população, importantes para as ações policiais e militares, principalmente em áreas mais remotas.

*V – “Mantener la tendencia decreciente de todos los indicadores de criminalidad em los centros urbanos del país”*

A Colômbia é um país majoritariamente urbano, tendo a maioria de sua população concentrada nas cidades. A existência de grupos armados ilegais e dos cartéis de narcotráfico, apesar de ter um impacto negativo em toda a Colômbia, faz com que suas ações afetem diretamente e com maior intensidade as populações rurais. Nos centros urbanos, a percepção que se tem de segurança está mais ligada a ações criminais comuns, como roubos, extorsão e, principalmente, os homicídios. Dessa forma, esse último objetivo fará com que a *“Policía Nacional tendrá la misión de reforzar su estrategia de seguridad ciudadana, con el fin de neutralizar y desarticular las bandas organizadas y grupos de criminalidad común que afectan la seguridad y convivencia armónica de la población urbana”* (PCSD).

Todas essas metas da PCSD serão trabalhadas de forma integrada e conjunta, inclusive em várias esferas políticas. Dessa forma, elas terão mais chances de serem concretizadas e obterem resultados mais efetivos. Além desses objetivos, é intuito do governo colombiano atuar em parceria com outros Estados para a consolidação da segurança. A cooperação internacional, no que tange problemas que transcendem fronteiras, é fundamental para a eliminação, por exemplo, de cartéis de drogas que atuam em vários países. O alcance dessas organizações criminosas vai além das divisões entre Estados, tornando-se um problema de caráter global. Sendo assim, é do interesse da Colômbia que países, que tenham os mesmos objetivos, atuem conjuntamente para contribuir com a segurança no âmbito regional e mundial.

### 3.2 *Estrategia Nacional de Seguridad Pública (ENSP)*

O Chile, diferentemente da Colômbia, apresenta uma outra realidade no que tange a segurança. Ele é considerado, pela *Global Peace Index*, como sendo o mais seguro da América Latina e o 20º mais seguro do mundo. Com uma posição assim, é concludente que a realidade dele é bem mais tranquila no que tange a segurança e os desafios do governo serão bem menores, se comparados com um país como a Colômbia. Entretanto, o Estado tem a obrigação de manter os níveis de segurança no atual patamar, almejando sempre melhorá-los.

Dessa forma, buscando se consolidar como um dos países mais seguros do mundo, o governo da presidente Michelle Bachelet, eleita para a gestão de 2006 – 2010, implementou a *Estrategia Nacional de Seguridad Pública* (ENSP), com base na *Política Nacional de Seguridad Ciudadana* (PNSC). Segundo dados do governo chileno, a ENSP ajudou a baixar os índices de homicídios, roubos e furtos, do primeiro trimestre de 2008 para 2009, em 24,7%, 11,3% e 0,4%, respectivamente.

O debate sobre segurança no Chile é algo recente, que se deu a partir da década de 1990, que foi fomentado mais *“por su contenido emotivo e ideológico que por su sustento técnico”* (PNSC). A PNSC, implementada em 2004, foi oriunda de uma decisão do Ministério do Interior que, em meados de 2003, convocou um fórum que se reuniram especialistas em segurança cidadã de vários institutos e universidades chilenos. O objetivo desse fórum era discutir os assuntos concernentes à segurança que se tornava uma questão central no país, pois, desde 1998, os índices que registravam os delitos de maior conotação social (DMCS) – como furto, roubo, homicídio – aumentavam. A partir desse fórum, foi feito um diagnóstico sobre a segurança chilena que culminou com a elaboração da PNSC.

O diagnóstico mostrou que havia um crescimento nos delitos com uma maior motivação econômica – furto e roubo. Além disso, registrou-se um aumento no tráfico de drogas, que também foi classificado como um delito de motivação financeira. Com isso, os especialistas concluíram que o problema de delinquência no Chile estava associado aos delitos que tinham alguma conotação econômica. Entretanto, os crimes de natureza violenta, como homicídios, estupro e violência familiar, também apresentavam níveis preocupantes e mereciam atenção.

Dessa forma, a partir da PNSC, foi feita a *Estrategia Nacional de Seguridad Pública* que tem como objetivo *“focalizar, coordinar y temporalizar las líneas de acción señaladas en la Política Nacional de Seguridad Ciudadana”* (ENSP), destacadas a seguir:

- *Prevención social: “Fortalecer y potenciar la capacidad de la familia para promover conductas prosociales y disminuir la violencia; Fortalecer y potenciar la capacidad de la comunidad educativa para promover conductas prosociales y disminuir la violencia; Fortalecer la integración social y desarrollar comunidades fuertes”* (PNSC).

- *Prevenção situacional: “Criar o recuperar espaço público urbano para gerar cidades amáveis e acoledoras” (PNSC).*
- *Control: “Promover el acceso a la justicia; Fortalecer y modernizar la gestión policial” (PNSC).*
- *Desarrollo institucional: “Fortalecer la confianza ciudadana y disminuir el temor al delito mediante la provisión de servicios públicos oportunos y eficaces” (PNSC).*
- *Información y tecnologías: “Mejorar los sistemas de acopio y análisis de la violencia, los delitos y el temor” (PNSC).*

Com base nesses elementos da PNSC, em que foram estabelecidos os critérios e os objetivos no âmbito da segurança chilena, a *Estrategia Nacional de Seguridad Pública* desenvolveu suas diretrizes para efetivar os elementos elencados na PNSC. Tais diretrizes se baseiam em seis eixos essenciais que irão nortear os parâmetros para se tratar de maneira conjunta e coordenada a estratégia de segurança. São eles:

### *I – Institucionalidad*

O primeiro eixo refere-se às instituições. *“Eje fundamental que se dirige a modernizar la actual estructura pública en materia de seguridad” (ENSP)*. Com instituições especializadas e bem estruturadas, a segurança passaria a ser trabalhada com uma maior qualidade e eficiência. Os órgãos públicos estariam preparados para enfrentar os problemas relacionados com a segurança de uma maneira mais plena e eficaz.

### *II – Información*

As instituições públicas passarão a disponibilizar um sistema de informação confiável que ajudará nas tomadas de decisões. Além disso, será publicizado uma parte dessa informação, o que permitirá à população acessar dados das investigações e estudos sobre a segurança e a violência. Esses dados serão divulgados através de prognósticos anuais feitos pelo Ministério do Interior. Tendo uma informação precisa, vários organismos do governo passariam a trabalhar de forma mais coesa e coordenada no combate à violência.

### *III – Prevención*

*“Su finalidad es intervenir en las condiciones sociales y ambientales para disminuir y evitar el aumento de la violencia y la ocurrencia de delitos” (ENSP)*. Busca-se na prevenção que, por exem-

plo, crianças, jovens e adultos não passem a ter na criminalidade sua forma de sustento ou meio de vida, ou mesmo que venham a se tornar dependentes de álcool ou drogas. “*A través de la implementación coordinada de planes y programas destinados a disminuir las condiciones de riesgo social, se pretende ofrecer alternativas lícitas de desarrollo como escolarización, emprendimiento o empleabilidad*” (ENSP). Programas que irão desde a pré-escola conscientizarão desde cedo as crianças e os jovens sobre o risco das drogas. Também serão oferecidos programas para que esses mesmos jovens possam ficar longe da violência, através de programas sócio-culturais, ambientais e esportivos.

Sabe-se que as condições de vida do cidadão influenciam diretamente na segurança. Dessa maneira, pretende-se melhorar as condições no que tange a segurança urbana, tendo como atores os órgãos públicos e privados. Assim, buscar-se-á o desenvolvimento em áreas como a educação, saúde, moradia, lazer e até mesmo incentivando a criação de empregos para jovens de baixa renda.

#### *IV – Control y Sanción*

Juntamente com as ações de prevenção, esse eixo buscará reprimir ações delituosas de uma parcela da população que faz da criminalidade um hábito. O governo deve ser capaz de proteger a população, garantindo direitos básicos como a vida e a liberdade. A legislação passará por uma modernização e um enquadramento social para atender os contextos atuais e as necessidades da população. Além disso, as autoridades de segurança trabalharão em conjunto, dando uma maior eficiência às ações das polícias e centros de inteligência. “*También se implementará un trabajo coordinado respecto de los infractores de ley penal; se potenciará la construcción de nuevos recintos penales; se modernizarán los sistemas de control fronterizo; se perfeccionarán los sistemas privativos y no privativos de libertad*” (ENSP).

#### *V – Rehabilitación*

O processo de reabilitação será um outro eixo essencial para encerrar-se o ciclo da criminalidade por quem o pratica. Com isso pretende-se dar oportunidades para aqueles que passam por sanções penais, viciados em álcool ou drogas de poderem se reinserirem novamente na sociedade, através de programas de reabilitação e capacitação. O governo incentivará a sociedade a aceitar e dar novas oportunidades para essas pessoas, dando, por exemplo, incentivos fiscais para aqueles empregadores que aceitarem como funcionário um ex-presidiário.

#### *VI – Víctimas*

Sabe-se que aquelas pessoas que são vítimas de algum delito violento sofrem por

constrangimentos físicos e psicológicos, necessitando, assim, de apoio e atenção especial. Tendo em vista tal necessidade, o governo chileno criará *Centros de Atención de Víctimas*. Esses centros darão um apoio psicológico e humano às vítimas de crimes violentos, como abuso sexual e violência familiar, para que as consequências que esses atentados possam vir a provocar sejam minimizadas na medida do possível.

A interrelação entre esses eixos fará com que eles sejam trabalhados de forma conjunta e coordenada, pois é essa cooperação que será responsável pela implementação da *Estrategia Nacional de Seguridad Pública* de forma abrangente e eficaz. Cada um desses eixos descritos será posto em prática através uma série de planos e programas. Tais programas serão acompanhados por sistemas e serão avaliados constantemente por especialistas, e até mesmo pela população, para que se possa saber qual o nível de eficiência e eficácia de cada um.

#### 4 Conclusão

Ao se fazer uma análise dos programas de segurança da Colômbia e do Chile, pode-se perceber que há uma consonância entre eles, no que tange o respeito aos Direitos Humanos, além de outros preceitos defendidos pela Declaração sobre Segurança nas Américas.

Ambas as políticas, preocupam-se em analisar a segurança de uma forma complexa e relativizada, trabalhando-a a luz de diversos fatores. Os governos colombiano e chileno combatem a criminalidade investindo tanto em educação e saúde, quanto em programas sociais e culturais, demonstrando que para diminuir os índices de violência e delitos, é necessário integrar vários aspectos do desenvolvimento de um país.

Contudo, mesmo tendo programas de segurança semelhantes, principalmente no que tange a sua essência, a discrepância dos problemas enfrentados pela Colômbia e pelo Chile é enorme. O que leva, então, essa diferenciação no que tange a segurança? Um trecho, retirado da *Política Nacional de Seguridad Ciudadana* do Chile, esboça o início de uma resposta:

*“Puesto que la criminalidad es un fenómeno heterogéneo, que responde a procesos sociales complejos y multicausales, resulta difícil identificar el o los factores que expliquen el incremento en cuestión. Con todo, los antecedentes disponibles permiten descartar algunas hipótesis y seleccionar algunas más probables.”*

Dessa forma, pode-se dizer que os contextos históricos, geográficos, sociais, culturais e financeiros, de ambos os países, influenciam de maneira direta nessa questão. Dados do *Global Peace Index* demonstram bem essas diferenças. A educação é uma delas. Enquan-

to na Colômbia a média de escolaridade da população é de 12,4 anos, no Chile é de 14. A economia é outro fator importante. A renda per capita colombiana gira em torno de U\$ 5.070,00, já a chilena é de U\$ 10.110,00. A taxa de desemprego entre os colombianos é de 11,3%, e para os chilenos fica por volta de 7,8%. A saúde evidencia essa desigualdade, sendo que para cada 1000 crianças que nascem na Colômbia, 16,7 morrem antes de completar 2 anos, enquanto no Chile esse número encontra-se em 8,1.

A partir desses dados, pode-se perceber o porquê da diferença da segurança entre esses dois países. Por mais que se tenha uma política de segurança de qualidade, que abarque vários fatores, ou se aumente o rigor da legislação penal, ou até mesmo especializando e incrementando o efetivo policial e militar, é preciso criar programas e políticas nas mais diversas áreas do desenvolvimento de um país. Para que possam ser trabalhados de forma conjunta e coordenada, desenvolvendo diversas áreas necessárias para o bem-estar do ser humano.

## Referência

Center for Latin American Studies, Georgetown University. *Democracy and Citizen Security*. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Security/conflictprevention/>> Acesso em: 20 de junho de 2009.

CHILE. Gobierno de Chile, *Política Nacional de Seguridad Ciudadana*. Disponível em: <[http://www.seguridad-ciudadana.gob.cl/filesapp/Documento\\_PNSC.pdf](http://www.seguridad-ciudadana.gob.cl/filesapp/Documento_PNSC.pdf)> Acesso em: 30 de julho de 2009.

CHILE, Ministerio Del Interior, División de Seguridad Ciudadana. *Sistema Nacional de Información Delictual*. Disponível em: <<http://www.seguridadciudadana.gob.cl/InformacionDMCS.html>> Acesso em: 29 de julho de 2009.

CHILE. Gobierno de Chile, *Estrategia Nacional de Seguridad Pública*. Disponível em: <[www.minjusticia.cl/documentos/publica2.pdf](http://www.minjusticia.cl/documentos/publica2.pdf)> Acesso em: 29 de julho de 2009.

COLÔMBIA. República de Colômbia, Ministerio de Defensa Nacional, *Política de Consolidación de La Seguridad Democrática*. Disponível em: <[http://www.mindefensa.gov.co/descargas/Documentos\\_Home/Politica\\_de\\_Consolidacion\\_de\\_la\\_Seguridad\\_Democratica.pdf](http://www.mindefensa.gov.co/descargas/Documentos_Home/Politica_de_Consolidacion_de_la_Seguridad_Democratica.pdf)> Acesso em: 10 de julho de 2009.

COLÔMBIA. República de Colômbia, Ministerio de Defensa Nacional, *Política de Defensa y Seguridad Democrática*. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.co/seguridad\\_democratica.pdf](http://www.presidencia.gov.co/seguridad_democratica.pdf)> Acesso em: 27 de julho de 2009.>

GUIMARÃES, L. *Segurança cidadã, organização e estratégias de ação política das ong's de direitos humanos*. Disponível em: <[http://www.observatoriomercosur.org.uy/libro/seguranca\\_cidada\\_organizacao\\_e\\_estrategias\\_de\\_acao\\_politica\\_das\\_ong\\_de\\_direitos\\_humanos\\_10.php](http://www.observatoriomercosur.org.uy/libro/seguranca_cidada_organizacao_e_estrategias_de_acao_politica_das_ong_de_direitos_humanos_10.php)> Acesso em: 22 de julho de 2009.

LEAL, A. B. *Segurança Cidadã*. Disponível em: <[www.infoseg.gov.br/infoseg/arquivos/O\\_que\\_e\\_seguran](http://www.infoseg.gov.br/infoseg/arquivos/O_que_e_seguran)



ca.ppt> Acesso em: 22 de julho de 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, *Carta Democrática Interamericana, 2001*. Disponível em: <[http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democratic\\_Charter.htm](http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democratic_Charter.htm)> Acesso em: 120 de julho de 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, *Declaração Sobre Segurança nas Américas, 2003*. Disponível em: <[http://www.oas.org/documents/por/DeclaracionSecurity\\_102803.asp](http://www.oas.org/documents/por/DeclaracionSecurity_102803.asp)> Acesso em: 26 de julho de 2009.

SILVA, J. A. da. *Curso de direito constitucional positivo*. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

VISION OF HUMANITY, Global Peace Index Rankings 2009. Disponível em: <<http://www.visionofhumanity.org/gpi/results/rankings.php>> Acesso em: 15 de julho de 2009.